

**16. PROJETO DE REGULAMENTO – CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA.**

Do **Sr. Vereador da Área do Planeamento e Ordenamento do Território, Gestão Urbanística, Regeneração Urbana, Habitação, Inovação e Tecnologia, Inteligência Urbana**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, o Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Habitação de Braga, que se anexa.



**BRAGA**  
Município

**VEREADOR JOÃO RODRIGUES**

Planeamento e Ordenamento do Território, Gestão Urbanística, Regeneração Urbana, Habitação, Inovação e Tecnologia, Inteligência Urbana

*A 5 de Junho*

*220330*

## PROPOSTA

### Conselho Municipal de Habitação de Braga - Projeto de Regulamento

O presente projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Habitação de Braga surge com a necessidade de implementar mecanismos que garantam ao Município de Braga uma gestão eficaz da sua política de habitação, bem como a revisão regular e participada da Estratégia Local de Habitação (ELH), aprovada em reunião de Executivo Municipal a 19 de abril de 2021 e em reunião de Assembleia Municipal a 30 de abril do mesmo ano.

Este Conselho pretende envolver os parceiros sociais que atuam neste setor, tais como associações de moradores, cooperativas, deputados municipais das diversas forças políticas representadas na Assembleia Municipal, organizações cívicas, entre outros, promovendo a transparência e a participação efetiva no desenho e concretização das políticas e medidas que o Município deve desenvolver para dar resposta ao direito à habitação consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa.

O CMHB tem ainda como objetivo a realização de debates, a promoção da participação das comunidades locais e das populações em iniciativas tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a emissão de pareceres e recomendações sobre projetos, iniciativas e políticas de habitação para a cidade que lhe sejam submetidas.

O Vereador,

(João Rodrigues)

**Conselho Municipal de Habitação de Braga**  
**Projeto de Regulamento**

**Preâmbulo**

A habitação tem um papel fundamental na vida de todos os indivíduos e da sociedade como um todo, assumindo, entre muitas outras, as funções de abrigo, de privacidade, de segurança, de vida familiar, de descanso, de reprodução e de lazer.

A ausência de habitação com as condições mínimas de habitabilidade, comodidade, segurança e conforto compromete, de forma irremediável, o acesso a outros direitos fundamentais como a saúde, a educação e o emprego.

A habitação é, por isso, um direito fundamental constitucionalmente consagrado, a base de uma sociedade estável e coesa e o alicerce a partir do qual os cidadãos constroem as condições que lhes permitem aceder a uma vida condigna. Nos termos do artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), o Estado deve, entre outras incumbências, "incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais".

Nos dias de hoje, a habitação, a par com a reabilitação, assume um papel central na melhoria da qualidade de vida das populações, para a revitalização e competitividade das cidades e para a coesão social e territorial.

Desse modo, os Municípios devem assumir a responsabilidade de promover a participação dos cidadãos nos processos de decisão, na linha do "aprofundamento da democracia participativa" inscrito no artigo 2.º da CRP. A própria Lei de Bases da Habitação, no seu Artigo 24.º, prevê a possibilidade de as autarquias locais constituírem conselhos locais de habitação, com funções consultivas.

O Conselho Municipal de Habitação de Braga assume-se, assim, como uma instância de participação com fins consultivos, que procurará dar voz a todos os parceiros sociais do setor da Habitação, visando uma melhor adequação entre as políticas municipais e os seus destinatários e uma melhor cooperação institucional entre os vários agentes.

**CAPÍTULO I**  
**Princípios Gerais**

**Artigo 1.º**

**Conselho Municipal de Habitação de Braga**

O Conselho Municipal de Habitação de Braga, adiante designado por CMHB, é uma entidade de âmbito municipal com funções de aconselhamento, que visa assegurar a participação dos parceiros sociais do setor da habitação na definição de políticas municipais relacionadas com o mesmo.

**Artigo 2.º**  
**Natureza e Atribuições**

- 1 - O CMHB é um órgão consultivo com funções no apoio à tomada de decisões em matéria de habitação.
- 2 - São atribuições do CMHB:
- a) Pronunciar-se sobre os instrumentos legais de habitação do Município;
  - b) Incentivar o diálogo e a cooperação institucional entre a autarquia e os parceiros sociais;
  - c) Promover a participação da comunidade local na identificação dos problemas habitacionais e na procura das respetivas soluções, nomeadamente através da realização de fóruns e debates;
  - d) Emitir parecer e recomendações sobre questões relativas à concretização das políticas habitacionais no Município.

**Artigo 3.º**  
**Competências**

No âmbito da sua atividade, são competências do CMHB:

- a) Apreçar os instrumentos municipais de política habitacional, nomeadamente as opções políticas plasmadas no Plano de Atividades apresentado pelo Município e pela BragaHabit, na Estratégia Local de Habitação e no Relatório Municipal de Habitação;
- b) Auxiliar o Município e a BragaHabit no quadro da regulamentação dos apoios à habitação;
- c) Promover a realização de debates e fóruns sobre a política municipal de habitação;
- c) Emitir parecer sobre projetos, iniciativas e medidas da política municipal de habitação que lhe sejam submetidas pelo Município e pela BragaHabit;
- d) Emitir recomendações ou encomendar estudos sobre problemáticas habitacionais por iniciativa própria;
- f) Remeter tomadas de posição às entidades competentes sobre temáticas relacionadas com a habitação no Município;
- g) Pronunciar-se sobre a adesão e exclusão de membros.

**CAPÍTULO II**  
**Composição e Mesa**

**Artigo 4.º**  
**Composição**

- 1 - O CMHB é composto pelos seguintes membros permanentes:
- a) O Presidente da Câmara Municipal de Braga, que preside, podendo delegar no Vereador responsável pelo pelouro da Habitação;
  - b) O ou os Vereadores com os pelouros da Habitação e da Regeneração Urbana;
  - c) Representantes de associações e outros parceiros sociais da sociedade civil ligados ao setor da habitação, cuja missão se entenda relevante, até ao limite máximo de vinte e cinco;
  - d) Duas a cinco personalidades com reconhecido mérito no âmbito da habitação;
  - e) Um representante de cada força política com representação na Assembleia Municipal.



2 - A lista das entidades a que se refere a alínea c) e a lista de personalidades a que se refere a alínea d) do n.º 1 do devem ser aprovadas pelo Executivo Municipal e atualizadas no início de cada mandato autárquico e sempre que o CMHB se pronunciar nesse sentido.

3 – O Administrador Executivo da BragaHabit participa permanentemente no CMHB, sem direito de voto e com o estatuto de observador, podendo tomar da palavra sempre que necessário.

4 - Poderão ser convidados a participar nas sessões do CMHB, com o estatuto de observadores:

a) Representantes do Governo, do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, da Associação Portuguesa de Habitação Municipal, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte ou de outros organismos públicos com competências na área da habitação;

b) Os presidentes das Juntas de Freguesia e União de Freguesia do Município;

c) Os serviços municipais de habitação, direitos sociais, fiscalização e urbanismo, entre outros;

d) Outras entidades públicas ou privadas e personalidades cujo contributo seja considerado oportuno.

#### **Artigo 5.º**

##### **Mesa**

1 - Os trabalhos do CMHB são dirigidos por uma Mesa, presidida pelo Presidente, que integra um secretário designado por si.

2 - Compete ao Presidente da Mesa convocar as reuniões do CMHB, definir e dirigir a ordem de trabalhos.

3 - Ao secretário compete conferir as presenças, verificar o quórum, organizar as inscrições para uso da palavra, verificar os resultados das votações e redigir as atas.

### **CAPÍTULO III**

#### **Funcionamento**

#### **Artigo 6.º**

##### **Periodicidade das Reuniões**

O CMHB reúne ordinariamente duas vezes por ano, sendo uma das reuniões destinada à apreciação do Plano de Atividades apresentado pelo Município e pela BragaHabit e outra destinada à apresentação do Relatório Municipal de Habitação.

#### **Artigo 7.º**

##### **Convocação das Reuniões**

As reuniões são convocadas pelo Presidente, com a antecedência mínima de dez dias úteis, com a informação do dia, hora e local em que esta se realizará, bem como a respetiva ordem de trabalhos.

#### **Artigo 8.º**

##### **Reuniões Extraordinárias**

- 1 - As reuniões extraordinárias terão lugar mediante convocação escrita do Presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de pelo menos um terço dos seus membros permanentes, devendo o requerimento conter a indicação expressa do assunto ou assuntos a tratar.
- 2 - As reuniões extraordinárias poderão ainda ser convocadas a requerimento da Comissão Permanente da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal.
- 3 - A convocatória da reunião deve ser feita até ao vigésimo dia útil a partir da apresentação do pedido, mas sempre com a antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data da reunião extraordinária.
- 4 - Da convocatória devem constar, de forma expressa, o assunto ou assuntos a tratar na reunião.

#### **Artigo 9.º**

##### **Quórum**

O CMHB funciona com a presença da maioria dos seus membros permanentes ou passados trinta minutos da hora da convocatória, se estiver presente um terço dos seus membros.

#### **Artigo 10.º**

##### **Direitos dos Membros**

Todos os membros do CMHB têm direito a participar nas respetivas reuniões, a usar da palavra, a apresentar propostas sobre as matérias em debate, a participar na elaboração das recomendações referidas no artigo 3.º e a exercer o direito de voto.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Deliberações e Recomendações**

#### **Artigo 11.º**

##### **Deliberações e Recomendações**

- 1 - Todos os membros do CMHB podem apresentar propostas de deliberação sobre a matéria agendada.
- 2 - Para a elaboração de recomendações poderão ser constituídos grupos de trabalho, sendo designado um relator para o efeito.

#### **Artigo 12.º**

##### **Votações**

- 1 - As deliberações do CMHB são tomadas por consenso ou pela maioria simples dos presentes.
- 2 - As propostas de recomendação devem ser enviadas aos membros do CMHB com cinco dias úteis de antecedência da data agendada para o seu debate e aprovação.
- 3 - Os membros têm direito a emitir declarações de voto escritas que devem constar da ata da reunião.
- 4 - As recomendações aprovadas pelo CMHB são enviadas à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e a outras entidades que sejam indicadas pelo CMHB, no prazo máximo de trinta dias após a sua aprovação.

## **CAPÍTULO V**

### **Atas**

#### **Artigo 13.º**

##### **Atas das Reuniões**

1 - De cada reunião será lavrada ata na qual se registará o que de essencial nela tiver ocorrido, nomeadamente as faltas verificadas, as pessoas que usaram da palavra, as recomendações emitidas, o resultado das votações e as declarações de voto.

2 - As atas são elaboradas pela Mesa e postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião ou no início da seguinte.

## **CAPÍTULO VI**

### **Disposições Finais**

#### **Artigo 14.º**

##### **Apoios**

Compete à Câmara Municipal, nos termos da Lei, prestar o apoio necessário ao funcionamento do CMHB.

#### **Artigo 15.º**

##### **Instalação**

1 - Compete ao Presidente efetuar as diligências necessárias à instalação do CMHB, contactar as personalidades designadas para o integrar e solicitar às entidades referidas na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º a indicação dos respetivos representantes.

2 - A instalação do CMHB terá lugar no prazo máximo de trinta dias após a aprovação deste Regulamento.

#### **Artigo 16.º**

##### **Posse**

Os membros do CMHB tomam posse perante o Presidente da Câmara Municipal logo que se encontrem designados.

#### **Artigo 17.º**

##### **Duração do Mandato**

A duração do mandato do CMHB coincide com a duração do mandato da Câmara Municipal.

#### **Artigo 18.º**

##### **Revisão do Regulamento**

O Regulamento pode ser revisto a todo o tempo, mediante proposta aprovada pela maioria dos seus membros e remetido à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.

#### **Artigo 19.º**

##### **Divulgação da Atividade do CMHB**

O Município deve disponibilizar ao CMHB uma página no seu sítio na internet para que este possa manter informação atualizada sobre a sua composição, competências e funcionamento e para divulgar as suas iniciativas, pareceres e recomendações.

#### **Artigo 20.º**

##### **Entrada em Vigor**

O presente regulamento entra em vigor com a sua aprovação em sede de reunião da Assembleia Municipal de Braga.



## ANEXO

### **Lista das entidades referidas na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º para efeitos de instalação do CMHB:**

Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços  
Associação de Moradores do Bairro das Andorinhas  
Associação de Moradores do Bairro das Enguardas  
Associação de Moradores do Bairro Nogueira da Silva  
Associação de Moradores de Montélios e S. Frutuoso  
Associação de Moradores das Parretas  
Associação de Moradores da Praceta Padre Sena de Freitas  
Associação de Moradores do Fujacal e Conselheiro Lobato  
Associação De Ocupação Constante  
Associação dos Inquilinos e Condóminos do Norte de Portugal  
Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal  
Associação Empresarial do Minho  
Associação Humanitária Domus - Dignificar a Habitação  
Associação Portuguesa de Deficientes  
Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários  
Cáritas Arquidiocesana de Braga  
Casa de Saúde do Bom Jesus  
Centro de Respostas Integradas de Braga  
Centro Distrital de Braga da Segurança Social  
Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa  
Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica  
Fundação Mestre Casais  
Laboratório de Habitação Básica

Total de representantes: 23

### **Lista das personalidades referidas na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º para efeitos de instalação do CMHB:**

Helena Roseta  
Miguel Bandeira  
Pedro Bandeira

Total de personalidades: 3